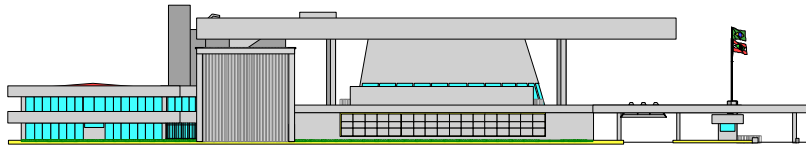


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 10 DE DEZEMBRO DE 1998

NÚMERO 4.587

13ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Neodi Saretta
PRESIDENTE

Francisco Küster
1º VICE-PRESIDENTE

Vanderlei Olívio Rosso

2º VICE-PRESIDENTE

Odacir Zonta
1º SECRETÁRIO

Gervásio José Maciel
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Francisco Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Romildo Titon

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: João Henrique Blasi

PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO

Líder: Gilson dos Santos

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

Líder: Norberto Stroisch Filho

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Jorginho Mello

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente
Júlio Teixeira – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Olices Santini
Romildo Luiz Titon
Miguel Ximenes
João Henrique Blasi
Pedro Uczai
Jorginho Mello

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Sérgio de Souza Silva
Leodegar Tiscoski
Jorginho Mello
Gelson Sorgato
Wilson Rogério Wan-Dall
Carlito Merss

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Olices Santini
Eni José Voltolini
Herneus de Nadal
Norberto Stroisch Filho
Pedro Uczai

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Sérgio de Souza Silva – Presidente
Jorginho Mello – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivan Ranzolin
Narcizo Parisotto
Wilson Rogério Wan-Dall
Idelvino Furlanetto

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Sorgato
Manoel Mota
Norberto Stroisch Filho
Pedro Bittencourt Neto

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luiz Roberto Herbst – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Udo Wagner
Lício Mauro da Silveira
Manoel Mota
Júlio Vânio Celso Teixeira
Idelvino Furlanetto

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente
Sérgio de Souza Silva – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivo Konell
Gilmar Knaesel
Lício Mauro da Silveira
Cesar Antônio de Souza

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente
Olices Santini – Vice-Presidente
Ideli Salvatti
Gilmar Knaesel
Herneus de Nadal
Miguel Ximenes
Jaime Aldo Mantelli

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Norberto Stroisch Filho – Presidente
Carlito Merss – Vice-Presidente
Lício Mauro da Silveira
Reno Luiz Caramori
Luiz Roberto Herbst
Miguel Ximenes
Júlio Vânio Celso Teixeira

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Iwana Lúcia Lentz Gomes

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VII - **NÚMERO 981**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 132ª Sessão Ordinária
realizada em 01/12/1998 2

Publicações Diversas

Ata de Comissão Parlamentar
Especial 11
Voto-Vista 12
Projetos de Decreto Legislativo...
..... 12

PLENÁRIO

ATA DA 132ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 01 DE DEZEMBRO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Lício Silveira - Luiz Herbst - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à leitura do expediente.

O SR. QUARTO SECRETÁRIO (Deputado Adelor Vieira) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente: MENSAGENS DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO N°S:

3947, encaminhando projeto de lei que institui o novo plano de cargos, carreira e remuneração do Quadro do Magistério Público Estadual e estabelece outras providências;

3952, encaminhando projeto de lei que autoriza a permissão de uso de imóvel no Município de Concórdia.

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado Olices Santini, que declara de utilidade pública a Associação de Basquete de São Miguel do Oeste - ABASMO;

- de autoria do Sr. Deputado Olices Santini, que declara de utilidade pública a Associação de Alunos, Professores, Pais e Amigos do Conservatório Artístico e Musical Apoli - AAPPA.

OFÍCIOS N°S:

207/98, do Sr. Assessor de Gabinete da Presidência da FIESC, encaminhando cópia de fax recebido, com a finalidade de enviar resposta quanto aos rumores de paralisação das Obras de duplicação da BR-101, no Estado de Santa Catarina;

1244/98, do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando informações firmadas pelo Sr. Diretor de Administração daquele Poder dando conta da repercussão financeira da criação de 65 (sessenta e cinco) cargos de Juiz Substituto e 53 (cinquenta e três) cargos de Assessor para Assuntos Específicos.

FAX:
- da Diretoria de Crédito Rural e Habitação - DIRUH, informando sobre prorrogação de Crédito Rural, referente aos telefax n°s: 1034, 1038 e 1045/98.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito o Deputado Ivan Ranzolin, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente, é oportuno até que V.Exa. esteja presidindo os trabalhos, porque estou apresentando um requerimento à Mesa dirigido ao DER, fazendo uma convocação ao seu Diretor para comparecer à Comissão de Transportes da Assembléia Legislativa, para trazer alguns esclarecimentos a respeito do trecho da BR-282 que eles estão destruindo no Município de Alfredo Wagner.

Nos últimos dias, mais uns três quilômetros foram retirados. As máquinas estão atuando a todo vapor ou a todo óleo diesel, porque não são movidas a vapor, no sentido de retirar a camada asfáltica, trazendo um prejuízo irreparável à nossa BR-282.

Deputado Francisco Küster, nós que temos história nesta Casa, V.Exa. como Relator e eu como Presidente, fomos a Brasília muitas e muitas vezes quando o Governo, ainda do então Presidente Figueiredo, dizia que a obra não sairia.

Enfrentamos, caminhamos e agora estamos vendo a retirada da camada asfáltica, da melhor qualidade, no trecho. Se eles ainda estivessem movimentando no Alto da Boa Vista, onde tem muitos buracos e realmente tem problemas de água, que estão minando a base asfáltica, poderíamos entender, mas da forma como eles estão fazendo eu não compreendo, não entendo.

Por que tirar quilômetros e quilômetros de asfalto sem ter a possibilidade de concluir neste Governo? Eis que falta um mês para o encerramento, é uma irresponsabilidade a toda prova.

Por isso, apresentamos um requerimento - e eu peço a V.Exa. para consultar os Líderes no sentido de colocá-lo na pauta do dia de hoje -, para que o Diretor do DER venha na Comissão de Transportes explicar: primeiro, por que a retirada de uma maneira indiscriminada de toda aquela capa asfáltica; segundo, como foi a licitação e, terceiro, qual o custo da obra e o prazo para a sua conclusão. Porque, parece, Srs. Deputado, o que concluímos é que eles vão desmanchar tudo para que o novo Governo que vai se instalar não determine a paralisação das obras.

Nós não permitiríamos, nem V.Exa, nem este Deputado, como representante da região, que o novo Governo que se instalará deixe aquela obra sem o asfalto. É lógico que quem ganhou a licitação vai querer que a obra continue também no novo Governo, num gasto exagerado, absurdo, que não há compreensão.

Nós não estamos em época de sobra de recursos. Pelo contrário, nós não temos recursos para pagar funcionários, o Governo não tem recursos para repassar para esta Assembléia o seu duodécimo. No entanto, como é que vai pagar aquela obra desnecessária para o momento?

Por isso, Deputado Francisco Küster, com muita irritação vimos a esta tribuna mais uma vez pedir vênias para que seja aprovado este requerimento que, através de sua mensagem telegráfica, solicita que o Diretor do DER venha à Assembléia Legislativa e traga as devidas justificativas, sob pena de nós ingressarmos com uma ação popular de abuso do dinheiro público, de gastos desnecessários, para que quem está ordenando venha a pagar a Santa Catarina este abuso que estão cometendo.

Não é possível mais que por incompetência, por omissão e muitas vezes por maldade, porque eu não quero dizer a palavra aqui adequada sem ter provas, Deputado Francisco Küster, os homens públicos gastem o dinheiro do povo e não sejam responsabilizados civil e criminalmente por isso.

Essa obra, se não for bem explicada, tem que sofrer uma responsabilidade civil e criminal, se os gastos forem exagerados.

Ele terá que vir explicar, e se na realidade (estou aqui na frente de um engenheiro que conhece muito e que ontem mostrou a sua irritação) havia necessidade urgente de

retirada daquela camada asfáltica, então que se fizesse paulatinamente, retirando um quilômetro, recuperando, mais um quilômetro, recuperando, para que nós não tivéssemos que obrigar aqueles que transitam pela estrada a sofrer o que estão sofrendo com o barro, a poeira, as pedras.

Depois de estar pronto, Deputado Francisco Küster, o trecho da BR-282 de Lages a São José do Cerrito sofreu, em obras, uma quantia de dez quilômetros de asfalto. O restante não dá para passar. É lá que nós precisamos realizar as obras, e elas estão paradas. E aqui, nesse trecho em que a estrada está pronta, estamos removendo.

Eu não posso entender. Não há dinheiro para tocar uma obra da BR-282 e há dinheiro para remover o recapeamento asfáltico ou a pavimentação asfáltica sem a menor explicação.

Por isso, estou pedindo que ele venha à Assembléia Legislativa e que imediatamente pare com essa irresponsabilidade da retirada da capa asfáltica.

Estarei aqui atento na votação para que possamos tomar essas iniciativas. Gostaria que V.Exa., que se manifestou, o Deputado Norberto Stroisch e outros Deputados assinassem esse nosso requerimento.

Quero dizer ao Deputado Reno Caramori, que preside a Comissão dos Transportes, que tomamos a iniciativa - falei ontem com o Deputado Reno Caramori e aproveitei para dar entrada ao requerimento -, mas gostaria de saber se S.Exa. concorda com os termos do requerimento. Eu apenas peguei a oportunidade. Se S.Exa. quiser alterar, pode fazê-lo. Se S.Exa. desejar realmente isso que estamos fazendo, que encaminhe. Se não for assim, faremos o convite para vir ao Plenário. Mas eu acho que ele tem que dar explicação na Comissão.

Por isso, também passo esse requerimento para que V.Exa., Deputado Reno Caramori, examine para ver se é isso realmente o que a Comissão poderá fazer, para que ele se transforme num requerimento de toda a Casa e para ser conduzido por V.Exa., que é o Presidente da Comissão. Até abro mão da minha assinatura para que V.Exa. conduza o processo.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Nós, no dia de ontem, fizemos deste microfone o requerimento verbal à Mesa, que já encaminhou correspondência ao Diretor-Geral do DER para que comparecesse nesta Casa hoje, aproveitando a mesma reunião que será feita às 17h, com referência à ponte sobre o rio Imaruim, que divide o Município de São José e Palhoça.

Hoje foi feita, através da Mesa, uma solicitação, e através da Comissão reforçei o convite. Então, o Diretor do DER deverá receber dois convites: da Mesa e da Comissão, para que compareça aqui, hoje, às 17h. Eu não tenho ainda a confirmação. Nós vamos verificar se já houve, para a Mesa, a confirmação.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Se ele já confirmou, Deputado Reno Caramori, poderemos até retirar o requerimento.

O Sr. Deputado Reno Caramori - O seu requerimento é endereçado ao Diretor do DER também?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - É ao Diretor do DER, para que ele compareça na Comissão dos Transportes, porque ontem eu vi a sua manifestação e hoje eu recebi notícias de que as máquinas continuam, a todo vapor, retirando o asfalto.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Até o momento da votação do requerimento teremos a confirmação da vinda ou não do DER. Se ele não confirmar, nós faremos o requerimento prevalecer.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Não é praxe, não é normal o Presidente se manifestar. Mas, no exercício da Presidência, quero dizer que se constata que aquela obra é uma ação insana. É uma coisa sem justificativa para qualquer leigo, e quero crer que também em nível técnico não existe parâmetro para justificar aquela obra.

Queremos crer que estão querendo interditar a BR-282.

Desta feita, peço à assessoria da Mesa que tome todas as providências imediatas para que as autoridades ou as pessoas responsáveis compareçam a esta Casa para prestarem os esclarecimentos devidos sem prejuízo, Deputado Ivan Ranzolin, de ações na Justiça, porque o que se faz, o que se pretende, quero crer, salvo melhor juízo, é interditar a BR-282, com o que não concordamos.

Essa afirmação que faço é de minha inteira responsabilidade, reiterando mais uma vez que não é praxe a Presidência se manifestar, mas levando em consideração a gravidade do problema, eu faço essa colocação.

Então, fica instado no exercício interino da Presidência que neste ato, substituindo o Sr. Presidente, estamos solicitando à assessoria para diligenciar, com a máxima brevidade, com vistas a trazer a esta Casa as figuras capazes de prestar os esclarecimentos pretendidos pelos Srs. Parlamentares.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente, como sugestão, seria importante que a assessoria da Mesa verificasse se já houve o recebimento pelo Diretor do DER e se houve a confirmação, porque o fax é rápido, e através de um telefone eles podem providenciar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Correto. Fica, então, determinado à assessoria que entre em contato com V.Exa. para as devidas providências, visando atender a este pleito que enseja a necessidade da urgência urgentíssima do seu equacionamento.

Com a palavra o Deputado Odacir Zonta.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Sr. Presidente, nobres Parlamentares, funcionárias e funcionários da Casa, visitantes, gostaríamos de trazer aqui duas preocupações e propor duas ações fortes em relação ao momento em que vivemos, ligados, naturalmente, à área da agricultura.

Todos nós Parlamentares que temos representação no Oeste de Santa Catarina e que temos tido a oportunidade dos contatos, quer telefônicos, quer indo à região, como o fizemos nos últimos quatro ou cinco dias, pudemos constatar *in loco*, Deputado Luiz Herbst, a dramática situação que começa a existir, mais uma vez, fruto da estiagem que assola o Oeste de Santa Catarina.

Essa estiagem está fazendo com que os lençóis freáticos superficiais baixem a sua potencialidade. Já temos Municípios

estando em estado já de colocar os seus equipamentos para socorrer os agricultores, para transportar água para as criações de suínos, aves e bovinos.

A lavoura de feijão, no seu melhor momento de plantio teve um problema de excesso de chuvas, muitas lavouras tiveram que ser plantadas por até três vezes. Agora, em plena germinação e floração, a estiagem tolhe a perspectiva de poder prosperar a produtividade.

O fumo, que também pode ser uma atividade de vício, mas que também é uma atividade econômica do nosso pequeno agricultor, já tem sérios danos. E o milho está apresentando a cada dia que passa um seriíssimo comprometimento, especialmente o milho que está no estágio da floração.

É um momento grave, um momento difícil, há uma perspectiva muito desagradável que os órgãos que cuidam do fornecimento de dados atmosféricos colocam, com a previsão de que pode se estender por muitos dias ainda a falta de chuva.

O que nós podemos fazer? Naturalmente não temos a pretensão de fazer chover, mas temos que nos mobilizar para alertar a Defesa Civil do Estado, a Secretaria da Agricultura do Estado, o Governo Estadual, o Ministério da Agricultura, a Defesa Civil em nível nacional e por que não dizer o Fórum Catarinense, para que imediatamente se comece a colocar à disposição dos Municípios e dos agricultores, pelo menos, os instrumentos para socorrer na busca de alternativas de água, na abertura de fontes de água, de pequenas açudagens, de propiciar a perfuração de poços, de propiciar caminhões-pipa e outros instrumentos para o transporte da água e o atendimento à população e à necessidade do Oeste.

Pelo menos isso deve ser providenciado, assim como já prepararmos certamente uma ação nova.

Na semana passada estivemos em Brasília para tratar da equação do problema do crédito de emergência em função do seu vencimento em agosto. Agora, temos que começar a visualizar ou vislumbrar, se a chuva não vier, um crédito de manutenção para o produtor que, como plantador de grãos, está perdendo sua safra e não terá o mínimo de condição de sobreviver no campo e muito menos resgatar seus compromissos.

Essas ações vamos encaminhar através de requerimentos e gostaríamos de contar mais uma vez com os nobres Parlamentares.

A situação a cada dia que passa se acentua mais, o que é de alta preocupação já, porque os índices de prejuízo diariamente são muito significativos: uma agricultura já combalida e agora mais uma intempérie do tempo produzindo mais e mais prejuízos.

Uma ação que queremos propor é o encaminhamento ao Fórum Catarinense, às Bancadas de todos os Partidos em nível de Câmara Federal e Senado Federal de uma mobilização, Deputado Ciro Roza, contra a medida provisória do Presidente da República, editada na última sexta-feira.

Devem os técnicos e os Ministros que recomendaram a medida não estar nos seus melhores momentos de sanidade. Esse é o termo que podemos usar, porque atribuir a elevação de contribuição previdenciária ao produtor rural sobre o seu faturamento bruto, elevando a taxa de 2.2%, que já é alta para o seu faturamento bruto, para 3, 5 e 20%, é algo que só alguém que não esteja com todas as faculdades mentais em dia pode produzir.

Não me refiro ao Sr. Presidente, refiro-me àqueles que recomendaram a medida, àqueles que não encontram alternativas para buscar soluções dos problemas do País e que querem apresentar como solução mais uma vez a elevação da contribuição do povo, de quem trabalha e de quem produz, sem buscar na essência, na origem, no problema da catástrofe que tem a Previdência deste País, a saúde, a educação e outros.

Não dá para admitir, sinceramente, não dá para admitir. E eu fico mais constrangido ainda como Parlamentar que, por recomendação do Partido, apoiou a reeleição do atual Presidente.

Não aceito e acho que por ter apoiado mais do que nunca tenho o direito de, como representante de um setor tão importante quanto a agricultura, não aceitar, de repudiar e mobilizar junto com todos aqueles que pensam na sobrevivência da agricultura, para que nós derrubemos essa malfadada medida provisória, porque subir, no mínimo, de 2.2 para 3% já representa um acréscimo de 37% da taxa.

Uma agricultura que tem a maior carga tributária do mundo, 33%, onde já há o ônus, com isso também faz com que percamos a competição em nível internacional e de Mercosul.

Agora, é muito simplista, é muito comodista, estapafúrdia e insana a decisão do Governo Federal de simplesmente elevar violentamente as contribuições sobre o faturamento bruto da nossa tão sofrida e amargurada agricultura, que daqui a pouco certamente vem a ser responsabilizada por vir a era da fome.

Se essa era da fome vier, não será culpa do nosso agricultor, mas será consequência do desastre daqueles que não entendem a agricultura como alternativa e que não entendem que a agricultura é o único segmento de atividade econômica que tem o superávit na balança comercial, porque os demais estão dando prejuízos.

Agora, atribuir essa sobretaxa de contribuição social no afã de resolver o problema da Previdência no lombo do agricultor, não dá para admitir. A nossa proposta é uma mobilização para a derrubada da medida provisória.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Livre a palavra, em Breves Comunicações, a todos os Srs. Deputados por até cinco minutos.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, passamos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados à Bancada do Partido da Frente Liberal.

Inscrito o Sr. Deputado Adelor Vieira, a quem concedemos a palavra por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, nesta semana muito se falou desta tribuna e também em outras oportunidades já se fez o mesmo em relação à transferência de órgãos do Governo Federal para o vizinho Estado do Paraná.

Essa é uma preocupação de todos nós, é verdade. Recebemos outro dia resposta a uma moção, aqui aprovada, em relação ao protesto desta Casa, com o apoio de todos os Srs. Deputados, sobre a transferência da Delegacia do

Patrimônio da União. E parece que a voz do catarinense finalmente está sendo ouvida. Existe uma intenção, Sr. Deputado Eni Voltolini, de rever esta posição. Felizmente parece que estão dando ouvido aos nossos apelos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, hoje eu quero falar também sobre um assunto que já se falou muito nesta Casa e que foi objeto de discussão na Câmara de Vereadores de Joinville, que diz respeito à ação que tramita no Supremo Tribunal Federal em relação aos poços de petróleo, que segundo o nosso entendimento pertencem a Santa Catarina e que equivocadamente, Deputado Reno Caramori, foram delimitados pelo IBGE como pertencentes ao Estado do Paraná.

Já se falou muito aqui e quero trazer à lembrança a ação, o trabalho e a dedicação do então Deputado Germano Vieira, que muito falou sobre isto aqui, na outra Legislatura. Inclusive na atual Legislatura tivemos vários Pares que trouxeram este assunto. E agora acabo de receber do Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville, Vereador João Luiz Sdrigotti, por proposição do Vereador Hercílio Rohrbacher, uma moção sobre os cinco campos de exploração de petróleo nas 200 milhas do Oceano Atlântico, disputados por Santa Catarina e pelo Paraná.

Desde 1980 o Estado do Paraná reivindica o direito do *royalties*, época em que o IBGE solicitou estudos quanto à projeção do limite da linha divisória entre os dois Estados naquelas famosas 200 milhas. E sobre este assunto quero me reportar nesta oportunidade.

Srs. Deputados, trago a esta Casa uma proposta de moção manifestando o nosso protesto pelos prejuízos que o Estado de Santa Catarina vem vivendo em função da não-definição da ação em trâmite no Supremo Tribunal Federal. A ação, segundo o nosso entendimento, deveria ter o seguinte conteúdo:

(Passa a ler)

"A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em decorrência dos evidentes erros técnicos levados a efeito pelo IBGE, quando do estabelecimento dos limites marítimos dos Estados de Santa Catarina e Paraná, conforme definem partes que compõem o Processo nº 444-6, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, vem manifestar e caracterizar os prejuízos que o Estado está vivendo em função dos direitos sobre os poços de petróleo localizados na região estarem sob a diretriz dos paranaenses.

A manifestação do inquestionável direito do Estado de Santa Catarina sobre o mar territorial em questão se faz veementemente incrementado e vale pelo parecer do Dr. José Jaime Branco, engenheiro nomeado pelo STF para reavaliar a localização dos ditos poços.

No momento em que se apensa aos Autos a conclusão de que o risco de acidente que Santa Catarina corre, em função da respectiva exploração petrolífera, é bem maior do que o do Paraná e, também, que para o estabelecimento da localização inicial não se adotou as linhas de projeções das divisas dos Estados - conforme disciplina o art. 9º da Lei nº 7.525, de 22/06/86, e o art. 3º do Decreto nº 93.189, de 29/08/86 - e sim, de maneira infundada, conforme consta, uma base de linha reta ligando os pontos extremos do litoral paranaense, em total desconsideração ao princípio da extensão máxima que rege o traçado das linhas de bases retas, comprovase que tudo feito pelo IBGE está em desobediência e sem o devido respaldo da legislação vigente.

O êxito da causa proposta por Santa Catarina, além de outros benefícios, corrigirá equívocos até então existentes e fará com que o Estado possa investir no resguardo do meio ambiente do seu litoral, uma das principais fontes da economia do Estado."

É um assunto polêmico, mas é atual e da maior envergadura. E teremos que voltar a discutir este assunto.

A minha assessoria me fez chegar às mãos vários documentos, inclusive do STF, dando conta do estágio em que se encontra e também da moção, que é o que mais me leva a trazer este assunto à tona. É a moção que a Assembléia legislativa do Estado do Paraná fez passar em defesa, segundo os Parlamentares paranaenses, do seu território.

Eles estão com uma propositura sobre a qual não podemos concordar. Eu peço vênia para fazer a leitura da moção que foi aprovada no dia 21 de outubro próximo findo.

(Passa a ler)

"Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - Moção em defesa do território paranaense.

Os Deputados que este subscrevem, representantes do povo do Estado do Paraná, considerando a pendência suscitada pelo Estado de Santa Catarina, ao propor ação para impugnar decisão do IBGE que fixou os limites do mar territorial do Estado do Paraná - de modo a incluir neles o Campo de Tubarão, de petróleo;

Considerando a inconstitucionalidade da pretensão, que fere a Constituição Federal e foi oferecida de forma intempestiva;

Considerando precedentes históricos de lesão ou risco de lesão à integridade territorial do Estado do Paraná, afetada recentemente por nefasta tentativa separatista, felizmente superada pela manifestação do povo paranaense aprovada pela Câmara dos Deputados;

Considerando que a Petrobrás, na qualidade de agente pública para a exploração do petróleo, reconheceu a jurisdição do Estado do Paraná e vem recolhendo os direitos compensatórios, *royalties*, devidos pela exploração daquele lençol mineral, desde 1992;

Considerando, afinal, o alerta levantado pelo jornal 'Gazeta do Povo', em edições deste mês, a respeito do estágio do processo em curso perante o Supremo Tribunal Federal;

Propõem que a Assembléia Legislativa manifeste seu veemente apoio ao direito do Estado do Paraná sobre seu mar territorial, nos termos fixados pelo IBGE; ratifique a defesa dos interesses paranaenses sustentada pelo Poder Executivo Estadual, através da Procuradoria-Geral do Estado e junto ao Supremo Tribunal Federal, na pessoa do relator Ministro Carlos Veloso, pleiteia a extinção definitiva da ação intempestiva por Santa Catarina."

Pasmem, Srs. Deputados, com o pedido que faz a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ao Ministro e ao Supremo Tribunal Federal, no sentido de extinguir a ação julgada por eles intempestiva.

Creio que se nos calarmos, não conseguiremos essa vitória. Essa vitória é nossa e esta Casa não pode ficar omissa.

Portanto, quero conchamar o apoio dos meus nobres Pares, porque estaremos dando entrada hoje ainda nesta moção para que possamos estar junto ao Supremo Tribunal Federal, defendendo o que nos é de direito. E haveremos de continuar, sim, desta tribuna até conseguirmos o nosso objetivo, porque os poços de petróleo que estão dentro do nosso território são poços de Santa Catarina e são dos catarinenses.

Muito obrigado.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra aos Srs. Deputados do PMDB.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado à Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra a Sra. Deputada Ideli Salvatti, por até nove minutos.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, existe um refrão musical que se tornou muito popular e que veio dos estádios de futebol, que é aquele tradicional "Ah, eu tô maluco!".

Depois da coluna do Sr. Moacir Pereira, de sábado, estou adaptando o refrão, Deputado Eni Voltolini para "Ah, eu tô biruta!", porque só ficando louca, biruta, para entender a linha de raciocínio do Sr. Moacir Pereira, incontestada, segundo a própria coluna, pelas reflexões do Deputado Gilson dos Santos, insinuando, com todas as "letrinhas", que a Bancada do Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina agora vota com o Palácio Santa Catarina.

E quais são os exemplos que o Sr. Moacir Pereira usa, segundo o meu entendimento, por reflexão feita a ele pelo Deputado Gilson dos Santos, que continua conversando com o Deputado Jaime Mantelli? Que nós votamos com o Palácio Santa Catarina, porque, agora, na tribuna, eu tenho feito a defesa do desbloqueio do dinheiro feito pelo Governo Federal na questão da rolagem da dívida, e isso é votar com o Palácio Santa Catarina, porque Santa Catarina não poderia honrar a rolagem da dívida que o Governador e o Sr. Marco Aurélio Dutra - caloteiros assumidos - foram autorizados. Autorizados por quem? Foi a Bancada do PT que autorizou o Sr. Paulo Afonso e o Sr. Marco Aurélio Dutra a assinarem o contrato da rolagem da dívida? Não!

Os votos da Bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa foram - e está aqui o projeto da rolagem da dívida - em todas as Comissões contrário à assinatura do contrato para autorização da rolagem, inclusive no Plenário.

Está aqui, está testemunhado pelas listas de votações das Comissões e do Plenário. Quem autorizou o Governador a rolar a dívida, a assinar contrato que todos nós sabíamos que não era possível ser cumprido, foi a Bancada do PMDB, e, obviamente, as Bancadas do PPB, do PFL, do PSDB e do PDT. Acho que o Deputado Afonso Spaniol também não votou a favor da rolagem da dívida, salvo algum engano.

Então, nós estamos fazendo o debate do bloqueio. E eu vim insistentemente a esta tribuna dizer que não pode continuar bloqueado porque há discriminação. O mesmo contrato foi assinado pelo Rio Grande do Sul, então, por que aqui bloqueiam e lá não? Portanto, é discriminatório, sim! É discriminatório ostensivamente!

Mas quais são os outros exemplos de voto do PT a favor do interesse do Palácio Santa Catarina? É só pegar os demais projetos, como a Invesc. Quem votou para a criação da Invesc e para a ampliação do capital da Invesc? Quem votou em todos os Prodec's? Não foi a Bancada do PT! Portanto, tudo aquilo que veio para esta Casa de fundamental e de estratégico para o Governo Paulo Afonso, para o Palácio Santa Catarina não foi aprovado nesta Casa pela Bancada do

PT, que teve sempre uma posição coerente e sistematicamente contrária a essas engenharias econômicas que todos nós sabíamos aonde iria dar, e deu no que deu, agora está mais do que demonstrado!

Mas eu continuo biruta, porque nós votamos conforme o Palácio Santa Catarina, porque já teve votação de indicação de Conselheiro do Tribunal de Contas aqui! Na coluna do Sr. Moacir Pereira está escrito que o PT já deu os votos. Mas a votação não aconteceu! Não teve votação ainda aqui para Conselheiro do Tribunal de Contas! E estamos todos nós debatendo, porque há uma questão fundamental colocada nessa indicação e nessa votação de Conselheiro do Tribunal de Contas, e todos nós sabemos qual é!

Se não for votado agora, será indicado e votado na próxima legislatura, e será indicado pelo Governo que vai assumir, portanto, pelo Sr. Esperidião Amin. Por isso, talvez toda a chiadeira; por isso, talvez toda a incumbência do Deputado Gilson dos Santos de ficar fazendo arrazoados ao Sr. Moacir Pereira, que não segue nenhuma lógica, a mínima lógica possível e cabível, até porque...

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Só um minutinho, Deputado, quero terminar o meu raciocínio.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos (intervindo) - Eu só queria dizer que...

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Eu não lhe concedi aparte, vou terminar o meu raciocínio...

O Sr. Deputado Gilson dos Santos (intervindo) - Como sempre, Deputada, eu estou presente!

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - O artigo do jornalista Moacir Pereira termina com um erro matemático grosseiro, porque diz que a nossa sede de poder é pela continuidade na Presidência, que estaríamos trocando os votos do Deputado Ivo Konell por votos do PMDB para permanecerem na Presidência. O PT terá cinco Parlamentares na próxima legislatura, o PMDB dez, portanto, mesmo que a Bancada do PDT vote, são apenas 17 votos.

E o que está colocado, de forma muito clara, é que não há acordo na Bancada de quem vai assumir o Governo a partir de 01 de janeiro, a dissidência já está instalada. Aquele acordo que o Sr. Jorge Bornhausen fez com o PSDB, que não está fácil passar goela abaixo nem na Bancada do PPB e nem na Bancada do PFL, vai ser um atrito de início de Governo.

Então, não existe qualquer possibilidade de somar votos, a não ser que haja dissidência na Bancada de V.Exas., e isso está posto.

É talvez por isso, Deputado Gilson dos Santos, que V.Exa. veio com tanta sede ao pote e este artigo tão biruta do Sr. Moacir Pereira tenha aparecido no jornal, no último sábado.

E, hoje, o jornalista Moacir Pereira fez um outro artigo - e quero dizer que fiz um contato telefônico, pois estava no Rio de Janeiro, não estava aqui -, e quero dizer o seguinte: a Bancada do PT vai votar conforme a sua disponibilidade e coerência, não fará nem o que o PMDB quer, nem o que o Palácio Santa Catarina quer, muito menos, Deputado Gilson dos Santos, fará o que a Bancada do PPB e do PFL querem, porque nós temos uma história nesta Assembléia, uma história coerente de votos sempre em defesa dos interesses maiores do nosso Estado.

Talvez toda essa polêmica seja por que V.Exas. não estão conseguindo administrar as sisões que já estão postas, não querem abrir mão de indicações que, talvez, até pessoas aqui com interesse pessoal estejam querendo reservar para a indicação do futuro Governador.

Por isso, eu quero dizer, terminando aqui a minha colocação, que eu não estou maluca, não estou biruta, não estou em nenhum aeroporto, estou na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, com muito orgulho e muito respeito, pela coerência que esta minha Bancada sempre teve. E não vou admitir que esse tipo de artigo continue colocando a falsidade dos fatos, basta ver como votam as Bancadas aqui para ver que isso não tem qualquer lógica.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputada Ideli Salvatti, acho que a experiência da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que me somei há dois anos, dá demonstração clara do que nós queremos construir não só para este Parlamento mas para Santa Catarina e para este País.

Vou me pronunciar também como Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, porque tem uma questão séria neste artigo que insinua que os projetos estão sendo aprovados nesta Casa sem a avaliação da moralidade dos próprios projetos.

Vamos, sim, perguntar em quais projetos nós nos posicionamos aqui, bem como nos projetos futuros, até 15 de dezembro. E vamos como o PFL, o PMDB, o PPB, em relação a mais um privilégio, que é a pensão vitalícia dos Governadores, vão se posicionar.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Vamos ver a moralidade, não é, Deputado?

O Sr. Pedro Uczai - Vamos ver a moralidade desta Casa, vamos ver a moralidade dos Deputados dos diferentes Partidos Políticos. Vamos ver a moralidade do Partido dos Trabalhadores, mais uma vez, mostrando coerência. E é por isso, quando insinuam que projetos não estão levando em consideração a questão moral, quero que anunciem aqui, nas nossas Comissões e no Plenário, qual a posição da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Não se pode escrever qualquer coisa e questionar a moralidade da Bancada do Partido dos Trabalhadores. E quem tem que discutir quem tem moral ou não sobre Conselheiro é o PMDB, é o Deputado Ivo Konell, não nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Deputados do PSDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PPB.

Com a palavra o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente e Srs. Deputados, já está se tornando comum a eminente Deputada Ideli Salvatti provocar este Deputado e não conceder aparte. É lamentável, sob todos os aspectos, até porque eu sempre tive pela Deputada Ideli Salvatti, assim como pelo seu

Partido, a maior consideração, o maior apreço, o maior respeito.

A Deputada Ideli Salvatti está com a pele muito fina. Quando alguém fala alguma coisa contra o PT, ela fica tão desarvorada que não consegue nem dar um aparte.

Lamento profundamente isso, até porque, Deputada Ideli Salvatti, no momento em que V.Exa. quiser, eu darei um aparte, com o maior prazer.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Deputada Ideli Salvatti comentando o artigo do jornalista Moacir Pereira?! Em várias oportunidades ele foi aqui muito elogiado por S.Exa. e pela Bancada do PT.

No instante em que o jornalista faz um comentário sobre a situação em que vive a Assembléia Legislativa e particulariza algumas coisas que a Bancada do PT está dando a entender, a Deputada Ideli Salvatti diz que não é biruta de aeroporto. Eu sei que ela não é, tanto que conseguiu, mais uma vez, de maneira justa, de maneira admirável, até contra o seu próprio Partido, a sua reeleição.

V.Exa. sabe, Deputada Ideli Salvatti, que realmente estou falando a verdade, porque o seu próprio Partido parece que não a queria de volta na Assembléia Legislativa, só que a sua garra, o seu trabalho, a sua luta, fez com 15 mil pessoas a quisesses de volta. Eu a comprimento.

Mas, Srs. Deputados, a Deputada Ideli Salvatti vir à tribuna desta Casa e fazer um verdadeiro exercício de como está a coligação Mais Santa Catarina, definindo inclusive posições, pregando que vai começar a Assembléia Legislativa já com um racha irremediável!?

V.Exa. quer isso, mas vai ficar na esperança, Deputada Ideli Salvatti, porque nós saberemos, sem dúvida nenhuma, administrar a formação do Governo, a eleição na Assembléia Legislativa, só que, infelizmente, não estarei aqui.

Quero dizer a V.Exa. que vamos lutar para cumprir todos os compromissos que foram feitos pelos Líderes da coligação Mais Santa Catarina.

Problemas na política todos nós temos. O Partido de V.Exa., que não comanda, tem. Agora, imagine os Partidos da coligação Mais Santa Catarina, que vão comandar o Governo do Estado a partir de 1 de janeiro, numa eleição que, absolutamente, pode ter qualquer tipo de contestação.

Quanto ao artigo, quero dizer a V.Exa. que conversei com o jornalista Moacir Pereira. Eu emiti a minha opinião e ele fez o artigo. Quem sou eu para dizer a ele que artigo deve fazer?

Com relação à Invesc, nós não votamos. V.Exa. sabe muito bem que a Bancada se retirou naquela oportunidade! Quanto à rolagem da dívida, nós fizemos, sim, e por quê? Se nós votássemos contra a rolagem da dívida, iriam dizer que nós estávamos inviabilizando o Governo que aí está!

Só porque ontem não demos *quorum*, não votamos ou ensejamos que o PMDB retirasse a viagem do Governador já estamos sendo intitulados de mandante maior deste Estado, imagine se nós não votássemos a rolagem da dívida do Estado de Santa Catarina!

Votamos porque todas as explicações que aqui foram dadas diziam que a rolagem tinha que ser feita até para não ir de encontro ao que a Deputada Ideli Salvatti diz: que o Estado está sendo prejudicado ou está sendo perseguido pelo Governo Federal.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu acho que em política nós temos que saber ganhar e saber perder, esse é o instituto maior da democracia.

Agora, o PT, em determinadas ocasiões - e eu respeito muito este Partido, respeito demais, Deputado Eni Voltolini -, tem uma pele que ninguém poder sequer fazer uma alusão a um possível encaminhamento que, na minha concepção, está lógico. Até gostaria de ouvir se realmente há lógica ou não naquilo que estou tentando dizer.

Por isso, eu quero deixar absolutamente claro que nunca tive problema de ordem pessoal com nenhum Deputado desta Casa. Agora, eu tenho o direito de emitir a minha opinião, até porque, se assim não fosse, não merecia ter ficado 20 anos nesta Casa.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Vou ouvir primeiramente o Deputado Eni Voltolini, com muito prazer. Em seguida, o brilhante Deputado Pedro Uczai, que também conseguiu uma reeleição com luta e trabalho.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Deputado Gilson dos Santos, meu Líder, eu queria tirar, ao início dessa minha manifestação, algumas conclusões. Primeiramente, gostaria de dizer que me surpreendo com o seu encanto, com o seu amor pelo PT.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - É verdade!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Várias vezes V.Exa., aqui, externou isso...

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Deputado Eni Voltolini, eu não gostaria de ficar decepcionado com esse encantamento!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - A segunda questão é que, como estou tento alguma dificuldade de pautar algumas matérias, gostaria muito de poder fazer parte dos comentários do jornalista Moacir Pereira. Doravante eu vou procurar V.Exa., porque, certamente, pelo canal que V.Exa. tem com ele, todas as nossas necessidades, todas as nossas matérias serão pautadas, então, na coluna do Moacir Pereira, já que a sua influência parece ser enorme nesta coluna.

Certamente o jornalista Moacir Pereira não está a gostar nada disso que nós estamos a dizer aqui, porque, na verdade, nós estamos dizendo isso em tom de blague. Pessoa como ele também, que deve ter a sua folha e o seu currículo pautado em muitos anos e a sua credibilidade nisso, certamente não iria apenas opinar por conta do interesse pessoal de um e de outro, até porque muitas vezes ele opinou sobre matérias relevantes e de interesse do PT. Já li, muitas vezes, artigos elogiando posturas do PT.

Então, certamente não é uma pessoa tão irresponsável que apenas iria capturar idéias de um e de outro. Eu imagino que aquilo que ele esteja colocando ali seja da sua responsabilidade, do seu convencimento. Portanto, deva ser cobrado do jornalista Moacir Pereira o que ele escreveu e não da Bancada do PPB ou do meu Líder.

Essa é uma constatação que também tiro dessa manifestação.

E a terceira é que, na verdade, nós todos temos as nossas virtudes e os nossos defeitos. O PPB tem, o PT tem também. Que nenhum Partido aqui se atreva a querer fazer que é perfeito, porque não é, nós somos pessoas, somos humanos, mas, às vezes, há muito discurso disso, discurso moralista, e nós precisamos sempre lembrar às pessoas que há sempre um passado e haverá um futuro.

Ao finalizar, gostaria de dizer, com relação à rolagem das dívidas, que o PPB teve coerência, e nunca teve medo de dizer isso.

Eu quero me valer desse momento, deste grande aparte que V.Exa. me dá, porque naquele momento liderava com muito orgulho e honra a Bancada do PPB. E conduzia a manifestação do PPB dizendo claramente: se Santa Catarina precisa de um processo de refinanciamento de dívida, se é por conta disso que Santa Catarina precisa, para poder equacionar todas as suas necessidades... E ali eram citadas pelo então Secretário Nelson Wedekin, candidato apoiado pelo PT... Por causa disso digo que sempre temos que olhar o passado.

O Secretário que veio até esta Casa era o Governador do PT...

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Como o Governador que aí está é o Governador do PT!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - É, certamente a cizânia comentada e anunciada pela Deputada Ideli Salvatti, como o futuro do próximo Governador, era aquilo que ela já vivenciava pouco tempo depois de ter apoiado o Secretário da época, Nelson Vedekin, porque não conseguiam se entender num projeto de relevância para o Estado de Santa Catarina.

Nós, do PPB, naquele momento, encaminhamos, sim, pelo refinanciamento da dívida, e por quê? Porque era necessário, porque os mesmos motivos apresentados agora, de pagamento de funcionários, fundações educacionais, eram também trazidos àquela época. Nós não temos culpa se as pessoas são mentirosas. o PPB não pode ser culpado por ter do outro lado gente que mente para a Assembléia Legislativa, que não consegue, ao longo de todo um processo, honrar e dignificar o cargo que tem, que traz a esta Assembléia propostas mentirosas.

Agora, nós olhamos por Santa Catarina, e refinanciamento de dívida é um problema sério. Talvez seja, hoje, o item que mais penaliza os orçamentos públicos. O PPB não iria voltar as costas para isso, votou a favor do refinanciamento, sim! Se eu estivesse de novo frente a esta decisão, votaria de novamente.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Muito obrigado, Deputado Eni Voltolini!

Agora, vou ouvir o Deputado Pedro Uczai, até para demonstrar que eu sou absolutamente democrata.

Se V.Exa. precisar de 23 minutos, tem que fazer uma Bancada de 11 Deputados. Com apenas cinco não vai conseguir 23 minutos. E nós estamos nos 23 minutos, porque elegemos uma Bancada de 11 Deputados.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Estamos chegando ao final da legislatura, parece que é o momento de avaliação da atuação das Bancadas, Deputada Ideli. E acho que é um bom momento, até o dia 15 de dezembro, para fazer uma síntese de atuação nas diferentes Bancadas deste Plenário, das suas responsabilidades quanto ao presente e ao futuro deste Estado, nas votações de projetos estratégicos aqui; na votação da Invesc; qual a atuação e a participação do PPB, especificamente nas Comissões, que tipo de intervenção, atuação, posição e votação tiveram nas Comissões que possibilitou colocar em votação, aqui no Plenário, a questão das Letras.

Quem sabe seja este o momento ideal para se avaliar a atuação das Bancadas nestes quatro anos. Quais as nossas atuações em relação às Letras, à Invesc, ao endividamento público do Estado, e a outros projetos importantes, na perspectiva de moralização da coisa pública.

Quero dizer que queríamos, sim, que a Deputada Ideli Salvatti continuasse neste Parlamento, porque tem engrandecido o Partido dos Trabalhadores. Com certeza, nesses próximos quatro anos, com muita força, vai ajudar ainda mais a engrandecer este Partido, que quer mudar o Estado de Santa Catarina para uma sociedade melhor.

E é nessa perspectiva que quero colocar que este artigo que fala em biruta do PT em Santa Catarina, que fala que nós temos sede de poder... Quem sabe as posições, as ações, a postura, nos últimos tempos, depois da eleição, do PPB em relação aos projetos que estão colocados aqui na Casa e nas Comissões?

Vemos aqui o Deputado Gilson dos Santos pedindo vistas para cá, vistas para lá; quem sabe ele também não está em uma nova conjuntura? E desconsiderar essa conjuntura de uma nova correlação de forças é desconsiderar a política.

São essas as posições do PPB depois das eleições.

Como nós discordamos tanto da ditadura militar quanto de seus Partidos que deram origem à ditadura militar, nós não vamos nos aproximar do PPB e do PFL no Poder.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Muito obrigado!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Se esse artigo tivesse coerência... Diz assim: a do PT muda de acordo com a sede de poder.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente, não vamos exagerar também, não é?

Eu sou democrata, mas assim é demais! Ele está demais!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Eu concedo o horário do PT, na divisão dos Partidos, para V.Exa.

Diz assim: se a do PT muda de acordo com a sede do poder, quem sabe, depois das eleições, Deputada Ideli Salvatti, nós estaríamos conchavando, negociando com o PPB, com o PFL e com o PSDB para ter alguns cargos no Governo, para ter a Mesa da Assembléia porque eles estão com a maioria.

Se nós tivéssemos sede de poder, no dizer de Moacir Pereira, nós estaríamos conchavando com o PPB e com o PFL, porque eles que serão o Poder nos próximos quatro anos, e nós, com cinco Deputados, seremos simplesmente oposição.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Obrigado, Deputado Pedro Uczai por este belo discurso de V.Exa.

Mas quero dizer a V.Exa. de maneira muito clara: nós, do PPB, nunca nos escondemos, sempre tivemos uma manifestação muito clara sobre qualquer assunto que dê entrada nesta Casa. E ontem demos foi uma demonstração!

Por isso, eu acho que realmente, Deputado Pedro Uczai, nós vamos estar numa outra trincheira agora. Nós vamos ser Governo porque o povo nos colocou no comando do Estado de Santa Catarina.

Quero que V.Exa. e a Deputada Ideli Salvatti, no ano que vem, sejam coerentes com as ações que serão acertadas pela coligação Mais Santa Catarina.

Pode estar certa, Deputada Ideli Salvatti, Deputados do PT, bem como os Deputados da coligação e do PMDB, que nós vamos buscar não cometer os mesmos erros que foram cometidos pelo atual Governo, porque se nós cometermos esses erros, Deputada Ideli Salvatti, aí, talvez, V.Exa. tenha a oportunidade de, no futuro, ter direito a utilizar 16 minutos do horário do Partido.

Mas nós vamos fazer tudo não só para ficar quatro anos, mas, se Deus quiser, para ficar muito mais.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado, só gostaria de lembrar para a Deputada Ideli Salvatti que no aumento de capital da Invesc nós, da Bancada do PPB, votamos contra. Até denunciemos que o aumento de capital vinha de encontro à Lei das S.As. ...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Deputado Gilson dos Santos, haverá a redistribuição de três minutos para casa Partido no horário dos Partidos Políticos.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, antes que o ilustre Deputado Gilson dos Santos continue esse belo debate, que me fez recordar um adágio da minha região, que diz: está igualzinho o encher lingüiça sem amarrar a ponta das tripas, queria registrar, com muita alegria, a presença dos estudantes de Direito da faculdade de Videira, Alaim Antônio, Edson Brelia e Giovanni Zanelatto, que vieram assistir os debates e ver como funciona este Poder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - O rateio será de três minutos para cada Bancada.

O primeiro horário será destinado à Bancada do PFL.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PFL que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PT.

Com a palavra a Sra. Deputada Ideli Salvatti, por até três minutos.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de dizer ao Deputado Gilson dos Santos que concedo sempre aparte quando o tempo é suficiente para explicitar a minha idéia, mas como não era, não concedi.

Nobres Colegas, volto à tribuna para registrar que hoje, 1º de dezembro, é o Dia Mundial de Luta Contra Aids.

Hoje, pela manhã, diversas entidades que fazem o trabalho de prevenção e de combate à Aids, como o Grupo de Apoio e Prevenção à Aids, a Fundação Açoriana para o Controle da Aids e o Mover, da Universidade Federal de Santa Catarina, com o apoio da CUT e do Sinte, fizeram um trabalho de divulgação da situação da Aids em nosso País, em especial em Santa Catarina.

Srs. Deputados, a situação desta epidemia em nosso Estado é gravíssima. No nosso Estado há 5.429 pessoas com Aids. Destes, 1.202 vivem em Florianópolis. No Brasil, das cinco cidades que ocupam os primeiros lugares, três são de Santa Catarina: Itajaí, primeiro lugar; Balneário Camboriú, segundo lugar; e Florianópolis, quinto lugar.

Esta epidemia, que é crescente, está atingindo fundamentalmente jovens na faixa de 15 a 24 anos de idade.

Em Criciúma, para cada caso de homem infectado por Aids, há um de menor, inclusive senhoras casadas são infectadas pelo marido.

Esta é uma situação que não podemos enfrentar sem o grande esforço coletivo das entidades governamentais e não-governamentais.

Para o ano quem, a situação será mais grave, crescente, e com recursos diminuídos, porque dos 630 milhões previstos para a compra de medicamentos para tratar pessoas com Aids o Governo Federal, no orçamento de 1999, aprovou somente 339 milhões, uma redução de quase 50% numa epidemia crescente como é a Aids.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda Dentro do rateio, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o Deputado Odacir Zonta.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, na próxima semana o BRDE, o Badesc e o Besc entrarão em contato com o BNDS para a tomada de decisão de suspensão das cobranças, vão buscar aditamento de prazo e modificação das taxas de juros. Portanto, um solução que o produtor estava esperando.

Com relação ao crédito de emergência, há um apelo feito relativo aos agricultores devedores, e como já tínhamos anunciado aqui, assim como fez o Deputado Pedro Uczai, todos inscritos no Serasa. Primeiramente o apelo foi feito pelo próprio Ministro ao Presidente do Banco do Brasil para retirar da lista do Serasa todos os inscritos, mesmo os que já tinham pago estavam inscritos, devedores do crédito de emergência, naturalmente.

Segundo informações ainda extra-oficiais, na última sexta-feira as agências do Banco do Brasil já receberam informação e determinação para encaminhar a retirada da lista do Serasa.

Então, os agricultores estão sendo excluídos da lista do Serasa, o que permite que tenham crédito normal.

Com relação à prorrogação da parcela vencida do crédito de emergência, naturalmente o BNDS e Banco do Brasil estão buscando uma nova linha de crédito interna para substituir este crédito, que é do FAT, para permitir a oficialização da prorrogação.

Vamos ficar atentos, mas parece que o resultado foi altamente positivo neste entendimento em Brasília, que teve a participação desta Casa, que cumpriu mais uma vez a sua missão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência do Deputado Júlio Teixeira.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Estão presentes 27 Deputados.

Há *quorum* para deliberação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a inversão de pauta, para que o Projeto de Lei Complementar nº 015/98 possa ser colocado em votação inicialmente, pois temos *quorum*.

Contamos com a presença aqui de professores da Universidade Federal, de professores da Universidade do Oeste de Santa Catarina, de estudantes de Filosofia e Ciências Sociais, que estão acompanhando a aprovação desse projeto, o qual diz respeito não só ao ensino médio, mas também aos cursos universitários no Estado de Santa Catarina.

Então, é importante que seja feita a inversão de pauta, para colocar em votação essa lei complementar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Consulto os Srs. Líderes sobre a inversão de pauta.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente, a Bancada do PPB nada tem a obstar.

(Os demais Líderes aquiescem.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nº 15/98, de autoria do Deputado Pedro Uczai, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 41 da Lei nº 170/98.

Em discussão.

Com a palavra o Autor.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estudantes, professores universitários que visitam esta Casa e acompanham a votação desse projeto de lei complementar, o Sistema Estadual de Educação, que foi aprovado e promulgado no dia 18 de agosto, em um dos artigos previa a possibilidade de oferecer Sociologia e Filosofia no ensino médio não como disciplina obrigatória, mas como conteúdo obrigatório.

Houve toda uma discussão junto com o Conselho Estadual de Educação, com os cursos universitários do Estado, com professores universitários, inclusive com a própria Secretaria da Educação e com o Relator do projeto, na época o Deputado Júlio Teixeira, sobre a necessidade de se legalizar essa situação para disciplina obrigatória no ensino médio.

Por isso que hoje já estão contempladas na própria grade curricular de 1999 essas duas disciplinas, e a sobrevivência e manutenção dessas duas áreas de conhecimento é fundamental para a compreensão da sociedade, das pessoas, bem como o fortalecimento desse curso no ensino superior em Santa Catarina.

Sociologia é importante para que os nossos jovens, além da tecnologia e ciências, pensem filosófica e socialmente a sociedade e

o próprio ser humano, por isso peço o apoio de todos os Deputados, de todas as Bancadas, para a aprovação desse projeto de lei complementar na tarde de hoje.

O Sr. Deputado Odacir Zonta - V. Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Odacir Zonta - Deputado Pedro Uczai, aproveitando o aparte, quero cumprimentar os estudantes e professores dos cursos de Filosofia e Sociologia aqui presentes e dizer que podem contar conosco, porque sabemos o quanto representam para a vida de cada cidadão esses cursos, para o conhecimento, entendimento e valorização, por que não dizer, da profissão de filósofo, que no Brasil está mais do que esquecida.

Por isso, quero cumprimentá-lo e manifestar o meu apoio a favor do projeto.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Agradeço o seu aparte, Deputado Odacir Zonta.

Gostaria de registrar, também, a posição do Deputado Miguel Ximenes, Relator da Comissão de Justiça, que solicitou junto ao Conselho Estadual de Educação um parecer sobre o projeto de lei complementar e sobre o próprio mérito do projeto. E o Conselho Estadual de Educação, para felicidade nossa, encaminhou para a Comissão de Justiça e ao Relator uma posição favorável ao projeto de lei complementar, por isso a menção aqui ao Deputado Miguel Ximenes, pela relatoria e pela posição favorável a este projeto.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V. Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Deputado Pedro Uczai, gostaria de expressar a posição da Bancada do PMDB, que, de maneira uníssona, é favorável à aprovação do projeto, porque, como bem disse V. Exa, é fundamental que os alunos da rede estadual de ensino possam questionar a própria existência através do estudo da filosofia e possam, sobretudo, conhecer a sociedade em que nós vivemos através do conteúdo sociológico. Por isso a providência é importante e, com certeza, ganha a Educação de Santa Catarina com a aprovação deste projeto.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V. Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Deputado Pedro Uczai, quando V. Exa., instantes atrás, veio conversar sobre qual seria a posição da Bancada do PPB, eu, após consultar todos os nossos Companheiros que tiveram participação efetiva, inclusive nas Comissões Técnicas desta Casa, dando aprovação à inclusão dessas disciplinas no *curriculum* das escolas de Santa Catarina, disse a V. Exa. que todos nós haveríamos de dizer "sim" a esta iniciativa, que também será, por certo, corroborada por todos aqueles que estão na Assembléia Legislativa.

Portanto, gostaria de dizer a V. Exa. que a nossa posição será uníssona em torno da aprovação deste projeto, por considerar que é fundamental a inclusão dessas disciplinas no currículo das escolas de Santa Catarina.

Eu queria, então, deixar bem claro que votaremos favoravelmente, por entender que é justa e meritória a proposição.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Agradecemos o aparte de V. Exa. e a posição da Bancada do PPB.

O Sr. Deputado Francisco Küster - V. Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco Küster - Nobre Deputado, há pouco V.Exa. nos procurava tentando ver a existência de *quorum*, pois votação de lei complementar exige *quorum* qualificado, e na oportunidade dizíamos que o nosso apoio era incondicional, que não havia problema. Inclusive, disse que iríamos conversar com o nosso Líder, o Deputado Jorginho Mello, que também, da mesma forma, reconhece a importância da matéria.

Parabenizamos V.Exa. pelo assunto, externando publicamente o nosso total e irrisório apoio à matéria.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Agradeço pelos pronunciamentos favoráveis ao projeto de lei complementar. Também agradeço aos estudantes de Filosofia da Unoesc de Chapecó, aos professores, à professora Dorothy, da Universidade Federal de Santa Catarina, que nas últimas duas semanas esteve aqui acompanhando as decisões das Comissões de Justiça e de Educação e hoje também se faz presente.

Agradeço, ainda, a todos pelo empenho, como a colocação junto à Internet, divulgando o projeto de lei complementar e fazendo com que muitos que não estão presentes aqui acompanhem a votação no Plenário desta Assembléia Legislativa de matérias tão importantes para a cidadania dos estudantes de Santa Catarina, para os cidadãos catarinenses, na medida em que vai-se implantar Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias no ensino médio no Estado.

O Sr. Deputado Norberto Stroisch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Concedo um aparte ao Líder da Bancada do Partido da Frente Liberal desta Casa.

O Sr. Deputado Norberto Stroisch - Aproveito o aparte para manifestar que a posição da Bancada do PFL é favorável à aprovação deste seu projeto. Inclusive, o eminente Deputado Júlio Teixeira foi, num determinado momento, Relator dessa matéria, e tanto ele como V.Exa buscaram o melhor encaminhamento.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Concluindo o meu pronunciamento, quero dizer que a nossa preocupação e luta é com relação à qualidade da educação no Estado de Santa Catarina. Que a escola e a universidade pública sejam prioritárias; que se construa uma política pública para fortalecer e manter as nossas universidades, para que sejam cada vez mais públicas e gratuitas, tanto em nível federal quanto estadual.

As cadeiras de Sociologia e Filosofia devem contribuir para que nós possamos ter compreensão das contradições que vivemos nesta sociedade, para a mudança da própria sociedade, e a Filosofia por si só ajuda a construir uma compreensão do ser humano e as razões da nossa existência.

Quero manifestar o meu agradecimento pelo apoio das diferentes Bancadas presentes nesta Casa no sentido da aprovação deste projeto de lei complementar, que, significativamente, vai qualificando cada vez mais os nossos cursos universitários, como também as nossas escolas públicas e privadas.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 015/98.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - Pela ordem, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o Deputado Jaime Mantelli.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Sr. Presidente, já que estamos na Ordem do Dia, quero pedir a retirada dos Requerimentos nºs 587, 588 e 589, que se referem aos Projetos de Lei Complementar nºs 09, 10 e 11/98, solicitando que sejam incluídos na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Pois não, Deputado Jaime Mantelli.

V.Exa. é Autor dos requerimentos, e como a Presidência não tem nenhum óbice, determina a retirada dos presentes requerimentos.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos, lembrando que estamos em processo de votação.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - É exatamente neste sentido, Sr. Presidente, pois verifica-se neste momento a inexistência de 21 Deputados. Portanto, acho que é fundamental proceder à chamada, uma vez que todos os Deputados estão favoráveis à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - O pedido de verificação de *quorum* de V.Exa. tem embasamento regimental.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para a verificação de *quorum*.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados.)

Estão presentes 27 Srs. Deputados.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para a votação nominal.

Quem votar "sim" aprova o projeto e quem votar "não" rejeita-o.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) -

DEPUTADO ADELOR VIEIRA	sim
DEPUTADO AFONSO SPANIOL	sim
DEPUTADO CARLITO MERSS	ausente
DEPUTADO CESAR SOUZA	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO ENI VOLTOLINI	sim
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER	sim
DEPUTADO GELSON SORGATO	sim
DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL	ausente
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO GILSON DOS SANTOS	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADA IDELI SALVATTI	sim
DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO	sim
DEPUTADO IVAN RANZOLIN	ausente
DEPUTADO IVO KONELL	sim
DEPUTADO JAIME MANTELLI	sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA	ausente
DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI	ausente
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	ausente
DEPUTADO LUIZ HERBST	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	ausente
DEPUTADO MIGUEL XIMENES	sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	Presidente
DEPUTADO NORBERTO STROISCH	ausente
DEPUTADO ODACIR ZONTA	sim
DEPUTADO OLICES SANTINI	sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT	ausente
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERGIO SILVA	ausente
DEPUTADO UDO WAGNER	ausente
DEPUTADO VANDERLEI ROSSO	ausente
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	ausente
DEPUTADO WILSON WAN-DALL	sim

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Temos 26 votos "sim".

Está aprovado em primeiro turno o Projeto de lei Complementar nº 15/98.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 249/98, de procedência governamental, que autoriza aquisição de imóvel no Município de Schroeder.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 221/98, de autoria do Deputado Gilson dos Santos, que denomina Adolfo Ambrósio Baccin o ginásio de esportes do Colégio Estadual Padre Antônio Vieira, no Município de Ipuçu.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa em relação ao nome do ginásio: Adolpho, com ph.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão o projeto.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação a emenda.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente, eu sei que não é regimental interrompê-lo durante a Ordem do Dia, mas eu não poderia deixar de registrar a presença nesta Casa da Vereadora Jussara Pamplona, aqui acompanhada do seu marido Fernando, do Município de Itajaí, o que muito nos honra.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer dois encaminhamentos. O primeiro é em relação ao Projeto de Lei Complementar nº 015, que foi votado em primeiro turno no dia de hoje.

Gostaria de saber se é possível, por acordo das Lideranças de Bancada, como prevê o Regimento Interno, eliminarmos o interstício de uma sessão e colocarmos em votação amanhã, em segundo turno, uma vez que muitos professores de universidades e estudantes vão estar presentes aqui amanhã.

O segundo encaminhamento é quanto ao requerimento que demos entrada hoje à tarde, relacionado ao Cesec (processamento dos cheques dos bancos). Haverá uma reunião amanhã em Curitiba, quando poderá haver uma posição favorável ao fechamento do Cesec de Florianópolis. Então, acho que seria interessante a Assembléia manifestar a sua preocupação e votar hoje a respeito desse problema, para que todos os representantes dos diferentes bancos que vão estar amanhã em Curitiba possam sentir a preocupação dos Parlamentares de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Deputado Pedro Uczai, foi votado ontem um requerimento com esse teor. Solicito à assessoria que providencie a chegada desse requerimento à Mesa, para que possamos confrontá-lo com o requerimento de sua autoria.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. Presidente, este documento já foi encaminhado ao Presidente do Banco do Brasil.

Sobre a reunião de amanhã, a preocupação é que as pessoas do Sindicato dos Bancários que procuraram o Deputado Pedro Uczai dificilmente procuram o Deputado Jorginho Mello, sempre procuram um Deputado do PT. Mas chegaram atrasados, porque o Deputado Jorginho Mello já fez o que tinha que fazer, e o Deputado Gilson dos Santos também assinou.

Então, já foram tomadas todas as providências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Deputado Jorginho Mello, o esclarecimento que a Presidência fez é que foi votado ontem, mas não, foi discutido ontem e deixou de ser votado, estando na pauta para votação no dia de hoje com a sua discussão encerrada.

Nós poderíamos, então, Deputados Jorginho Mello e Pedro Uczai, juntar os dois requerimentos e colocá-los em votação.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Inclusive, eu pedi ontem que todas as Bancadas o subscrevessem, e o Deputado Gilson dos Santos desejou fazer a subscrição.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Acho que daria para juntar os dois, porque a democracia aqui é presente. Alguns representantes falaram com o Deputado Jorginho Mello, outros falaram com a nossa Bancada; portanto, dá para juntar e fazer um bom diálogo, permanecendo e preservando o objetivo último do Cesec.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Mais importante do que a autoria do requerimento, embora haja o mérito dos Autores, é a permanência da manutenção da câmara de compensação em Florianópolis.

Requerimento de autoria do Deputado César Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário Estadual da Educação e dos Desportos, solicitando a reconstrução do muro do Grupo Escolar Joaquim João Cardoso, no Município de Biguaçu, com a sua discussão encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Deputado Pedro Uczai, V.Exa. fez uma questão de ordem e esta Presidência vai respondê-la tão logo sejam votados aqui os requerimentos.

Requerimento de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini e outros, que requer, em regime de urgência, a apreciação do Projeto de Lei nº 20/98, com a sua discussão encerrada.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente, do que se trata o Projeto nº 20/98?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Regula, no âmbito estadual, a gratuidade determinada pela Lei Federal nº 9.534/97, do registro civil de nascimento e óbito e da primeira certidão relativa a tais atos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A nossa Bancada não fez discussão sobre este projeto. Estamos discutindo-o na Comissão; inclusive, eu solicitei que a nossa assessoria verificasse o projeto, para termos uma posição maior.

Portanto, libero a Bancada para votar este requerimento, porque, em princípio, eu votaria contra, pela complexidade que é o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Olices Santini e outros, que solicita ao Presidente da Assembléia Legislativa a tramitação, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 0024.8/98, que "dispõe sobre a isenção do pagamento de serviços prestados pela Fundação do Meio Ambiente - Fatma", com a sua discussão encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria dos Deputados Gilmar Knaesel e Wilson Wan-Dall, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Telesc, solicitando reestudo referente ao não-fechamento da agência Telesc do Bairro Garcia, em Blumenau, com a sua discussão encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimentos de autoria do Deputado Jorginho Mello e outros e do Deputado Pedro Uczai, que solicitam o envio de mensagem telegráfica ao Presidente do Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal e ao Presidente da Associação Brasileira dos Bancos Estaduais, no sentido da manutenção da câmara de compensação do Banco do Brasil em Florianópolis, com a sua discussão encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Gervásio Maciel, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos membros do Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília e ao Presidente da Telesc, solicitando a viabilização das linhas de telefonia celular fixa que foram vendidas a agricultores de diversas regiões do Estado por empresas autorizadas pela Telesc, como é o caso da Inepar, com a sua discussão encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da Bancada do PMDB, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Agricultura, no sentido de decretar estudos e providências para o equacionamento na conjuntura dos agricultores catarinenses com compromissos financeiros com a União, com a sua discussão encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, no sentido que determine junto ao Ipsc o pagamento de todos os pensionistas até a quantia de mil reais, com a sua discussão encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da Deputada Ideli Salvatti, a ser enviado ao Governador do Estado, solicitando seja encaminhada a esta Casa a relação nominal e local de atuação dos fiscais do Deter, com a sua discussão encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. Deputados, há uma questão de ordem levantada pelo Líder do PT, o Deputado Pedro Uczai, no sentido da dispensa do interstício para a votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar nº 15/98.

Diz o Regimento Interno, no art. 145, parágrafo único, que a dispensa de interstício poderá ser concedida pelo Plenário a requerimento de um décimo da Assembléia ou mediante acordo de Lideranças.

Inicialmente, vamos tentar o acordo de Lideranças. Consulto, portanto, os Srs. Líderes.

(As Bancadas do PFL, PPB, PMDB, PDT, PT, PSDB manifestam-se favoráveis.)

Fica, portanto, dispensado o interstício, e determino à assessoria que inclua a matéria para votação na sessão ordinária de amanhã.

Terminada a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Esta Presidência convida todos os Srs. Deputados e os chefes de gabinete para comparecerem, às 17h, no plenarinho, quando estará sendo apresentada a *home page* da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, dando continuidade ao processo de informatização iniciado já nas gestões anteriores: com o Deputado Pedro Bittencourt e aprofundado, com grande impulso, na gestão do Deputado Francisco Küster. E agora, esta Presidência também está dando continuidade.

Hoje nós vamos passar a estar não só disponível numa página da Internet, mas a ter interligação total com todos os órgãos públicos, com os órgãos internos da Assembléia Legislativa. É um grande avanço, e através da nossa Divisão de Informática a Assembléia Legislativa vai estar a serviço, inclusive com o trabalho dos Parlamentares, da população catarinense, na democratização das informações.

Inscrito o Sr. Deputado Reno Caramori, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, ontem fizemos um requerimento verbal, aprovado por esta Casa, no sentido de se convidar o Diretor-Geral do DER para comparecer a esta Casa, mais precisamente na Comissão que presidimos, a de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo, para os devidos esclarecimentos quanto ao andamento das obras na BR-282, no trecho próximo a Alfredo Wagner, onde as máquinas de uma empreiteira contratada pelo DER - consequentemente pelo Estado de Santa Catarina - estão removendo o asfalto sem a aplicação da nova camada asfáltica, prejudicando significativamente o tráfego naquele trecho (e, tenho certeza, encarecendo muito quando da sua recomposição).

Como o Diretor-Geral do DER diz não ter condições de comparecer hoje, conforme foi convocado Mesa e pela Comissão de Transportes, queremos solicitar à Mesa Diretora que estude

legalmente a composição de uma Comissão de Fiscalização, através das empresas de fiscalização, através do DNER, para que se faça uma verificação *in loco* sobre a necessidade da retirada do asfalto atual para a recomposição da BR-282.

Tendo em vista que no trecho de Alfredo Wagner, no sentido Lages, não houve a retirada do asfalto lá existente, por que está sendo retirado, então, o asfalto de Alfredo Wagner no sentido Rancho Queimado?

Isso nos preocupa, pelo encarecimento desta obra, e nós precisamos, urgentemente, de uma solução. E não havendo necessidade, tecnicamente falando, da retirada daquele asfalto, que se paralise a obra e faça-se a recomposição do asfalto retirado, tocando-se a obra normalmente, no sentido da melhoria do reaparelamento do resto do trecho.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é importante termos uma atitude imediata, porque quanto mais se espera, mais destruído ficará aquele asfalto.

Não entendemos muito da parte técnica, mas temos certeza de que não havia necessidade da retirada, até porque no trecho anterior isso não aconteceu. E esse problema poderá ser transferido para o próximo Governo, encarecendo cada vez mais aquela obra.

Portanto, fazemos aqui um reforço ao requerimento de ontem. Não houve vontade do Diretor-Geral do DER em comparecer a esta Casa no dia de hoje; no entanto, solicitamos esta providência, para que não se destrua ainda mais o asfalto desta rodovia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Peça a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Deputado Idelvino Furlanetto.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, hoje, pela manhã, a Comissão de Agricultura, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento e Economia realizou mais uma reunião, a pedido do Presidente da Fetrafesc, Dirceu Dresch, para tratar do crédito de emergência.

O Deputado Odacir Zonta, na semana que passou, esteve em Brasília, juntamente com os Deputados Herneus de Nadal e Pedro Uczai, acompanhando a problemática da suinocultura em Santa Catarina. Numa reunião com o Ministro da

Agricultura, trataram da questão do crédito de emergência pendente em Santa Catarina, pois, como é sabido, este crédito de emergência, pelas perdas da safra 95/96, saiu em 96, mas em 96 houve novas perdas pelas mesmas intempéries, por isso hoje os agricultores têm dificuldade para cumprir o pagamento.

A própria Federação da Agricultura Familiar continua gestionando, continua dialogando com o Banco do Brasil, com a Superintendência do Banco do Brasil em Florianópolis e também com o próprio Besc, que é o apanhador do dinheiro e que tem repassado para os agricultores.

Hoje, pela manhã, na reunião, esteve presente o Sr. João Carlos de Mattos, que responde pela Superintendência do Banco do Brasil. Também foi convidado o chefe do Departamento de Crédito Rural do Besc, Júlio Cesar Búrgio, que não compareceu. E a colocação feita pelo João Carlos com relação à cobrança da Federação - a de que a Superintendência do Banco do Brasil tinha colocado como inadimplentes os agricultores que estavam buscando crédito do Pronaf especial - foi no sentido dessa inadimplência, mas isso já está praticamente solucionado, foi até retirado o nome de todos os agricultores (em torno de 39 mil) que são parte do crédito de emergência, os quais já tinham, inclusive, seus nomes na lista do Cerasa.

Nessa lista eles estavam como inadimplentes, estavam sendo considerados como não pagadores, mas sabemos que tanto o Ministério da Agricultura quanto a Secretaria da Agricultura têm recebido todos os dossiês pedindo a prorrogação - e através de um projeto desta Casa também foi pedida a prorrogação - do crédito de emergência, mas o Banco do Brasil continua cobrando.

E é claro que o Besc, que é o banco repassador do crédito de emergência, pelo fato de os agricultores não terem pago, tornou-se inadimplente perante o Banco do Brasil, e o Governador de Santa Catarina quer um avalista para este crédito, porque tem que cumprir com base no seu contrato. Por isso que foi descontado da própria receita do ICMS.

Então, na reunião de hoje foi retirado o nome dos agricultores da lista do Cerasa, que agora estão habilitados para continuar buscando mais crédito para a agricultura. Mas, Srs. Deputados, ainda há necessidade de se fazer uma emenda ao Orçamento de 1999 para tentar conceder anistia ou pagar esse crédito de emergência. Espero, e a Comissão de Agricultura também espera, que todos os membros da Comissão de Orçamento aqui desta Casa, juntamente com a Comissão de Constituição e Justiça, acatem isso.

Então, esse foi um dos assuntos abordados na reunião realizada hoje de manhã pela Comissão de Agricultura, e esperamos que a partir de hoje ou amanhã, fazendo o debate com os Deputados-membros das Comissão de Orçamento, seja levada a sério essa situação, pois, como vários Deputados hoje já se manifestaram na tribuna, está acontecendo no Oeste uma estiagem.

Eu participei ontem em Campo Erê de numa assembleia com os agricultores, e tratamos dessa dificuldade em relação ao crédito de emergência e também da dificuldade de os agricultores buscarem mais crédito, pelo fato de eles constarem na lista do Serasa.

Segundo a afirmação da Superintendência do Banco do Brasil, hoje pela manhã foi retirado o nome dos agricultores, mas continua pendente em relação ao Orçamento. Os agricultores não têm como pagar, e para 1999 tem mais uma dívida.

Mas esperamos que seja incluída uma emenda ao Orçamento e que melhore a situação dos agricultores que buscaram esse crédito, que não era um crédito para plantar, para custeio, mas um crédito para manutenção da família deles, pela estiagem ou mesmo pela enchente na região Sul.

Então, este foi um dos temas que tratamos hoje, e esperamos que a emenda ao Orçamento seja acatada pelos Deputados-membros da Comissão, já que o próprio Deputado Pedro Uczai, que também é membro da Comissão de Constituição e Justiça, tem tido tratativas neste sentido.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua livre a palavra a todos os Srs., Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, por solicitação do Presidente da Comissão de Transportes, convoca os membros da referida Comissão para uma reunião hoje logo após a presente sessão.

Comunicamos a pauta da Ordem do Dia de amanhã: matérias com segundo turno para votação; Projeto de Lei Complementar nº 1598, em segundo turno; e Requerimentos nºs 605, 606, 607, 608, 610 e 611.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PARLAMENTAR ESPECIAL

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR ESPECIAL - RESOLUÇÃO DP Nº 39/98.

Dia: 09 de dezembro de 1998.

Horário: 17:00 horas

Presidente: Deputado Herneus de Nadal

Relator: Deputado Júlio Teixeira

Ao nono dia do mês de dezembro de 1998, por convocação formal do Senhor Presidente, reuniram-se os Senhores Deputados Membros da Comissão Parlamentar Especial, constituída pela Resolução DP N. 039/98, de 24 de novembro de 1998, com o objetivo de analisar a indicação do Senhor Deputado Ivo Konell para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, apresentada pelo Senhor Governador do Estado, através da Mensagem n. 3913, de 18 de novembro de 1998. Presentes os Senhores Deputados Herneus de Nadal, Presidente, Júlio Teixeira, Relator, e os membros Ivan Ranzolin, Jaime Mantelli e Pedro Uczai, presentes ainda os Deputados João Henrique Blasi, Miguel Ximenes, Gilson dos Santos e Norberto Stroisch Filho. O Senhor Presidente, declarou aberto os trabalhos e

informou que a ata dos últimos trabalhos está sendo distribuído cópias, para conhecimento dos membros e para posterior deliberação. Ato contínuo, como foi concedido Pedido de Vista coletivo a todos os membros da Comissão, informando que no cronograma de trabalho esta reunião será votado o Parecer final da Comissão. Em seguida colocou em discussão o Parecer apresentado pelo Relator. Foi concedida a palavra ao Deputado Ivan Ranzolin para emitir seu Voto Vista. Fez algumas considerações sobre os dispositivos constitucionais e regimentais que disciplinam a tramitação deste tipo de matéria. Disse que a Assembleia Legislativa recebeu a Mensagem 3913, que foi baseada no art. 73, § 2º e 75 da Constituição Federal, e fez leituras dos artigos da Constituição Estadual que rege a matéria. Disse também que o Governador do Estado não invocou o artigo 61 da CE, por estar com sua eficácia suspensa por hora face a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pelo Governo Estadual, por isso o mesmo não tem mais a legitimidade de enviar esta indicação. Disse que necessário se faz, votar inicialmente esta preliminar levantada no Parecer do Senhor Relator. Em resumo apontou dois pontos fundamentais quanto a questão preliminar, não de mérito quanto ao nome indicado: a questão da iniciativa que no seu entendimento o Governador perdeu face a suspensão dos efeitos do art. 61 da CE e questão hipotética da Assembleia Legislativa votar e não ser esta terceira vaga ser de iniciativa do Governador e sim da Assembleia Legislativa, então está

falando hipoteticamente como hipoteticamente veio este processo para a Assembléia, pois o Governador arguiu o art. 75 da CF e não o art. 61 da CE. Requerendo aos demais membros a aprovação deste Parecer do Relator, pois ao seu ver o mesmo não seria findo mais sobrestado até que tivesse uma decisão final do STF, ratificando a suspensão da tramitação da matéria até o julgamento final do Mérito da ADIN. O Presidente informou que regimentalmente os demais Deputados presentes poderão fazer uso da palavra por até dez minutos após o uso da mesma pelo Deputado Jaime Mantelli, que usando da palavra fez algumas considerações iniciais e procedeu a leitura de seu Voto Vista, que em resumo discorda da posição do Relator e propõe a continuidade do processo para que seja analisado e no mérito é favorável a esta indicação, por preencher os requisitos legais. Sendo feito a juntada deste voto. O Deputado João Henrique Blasi, teceu algumas considerações sobre o voto do Deputado Ivan Ranzolin e Parecer do Relator, fazendo comparativo entre o modelo de preenchimento das vagas de Ministro do Tribunal de Contas da União e o de preenchimento das Vagas de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. E fez referência a uma decisão do STF a uma ADIN, suscitada pelo Governo do Estado da Paraíba, de igual teor ao do governo catarinense, dizendo que a fração maior de indicação dos Conselheiros do Tribunal de Contas é de iniciativa do Poder Legislativo. O Deputado fez mais algumas considerações ratificando seu voto. Encerrada a discussão, o Senhor Presidente passou a votação do Parecer do Relator, Deputado Júlio Teixeira. O Deputado Jaime Mantelli votou contra o Parecer, Deputado Ivan Ranzolin com o Parecer, Deputado Pedro Uczai, vota contra o Parecer do Relator, o Deputado Júlio Teixeira em sua declaração fazendo considerações acerca do art. 75 da CF e sobre a decisão do STF, dizendo haver um choque de interpretação e ratificou a decisão de seu Parecer. O Presidente votou contrário ao Parecer, Declarou que por maioria de votos está rejeitado o Parecer do Relator. E declarou que, regimentalmente, como o voto do Deputado Mantelli foi o primeiro a ser proferido em discordância com o do Relator, converte-o na condição de Parecer e coloca-o em discussão. O Deputado Ivan Ranzolin, alegou que vencida a questão da preliminar, a fase seguinte será a de analisar a questão do mérito. E solicitou mais 24 horas para analisar o Parecer do Deputado Mantelli sobre o mérito da proposta e para a juntada de documentos. Após debates e considerações dos Deputados presentes sobre a proposta do Deputado Ivan Ranzolin, decidiu-se pela suspensão, face Sessão de homenagem a Dom Paulo Evaristo Arns que está acontecendo no Plenário da Casa, e retomando os trabalhos amanhã, as 8:30 horas. O Deputado Jaime Mantelli, solicitou a juntada da cópia da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1566/4, que tem origem no Poder Executivo, pois entende que a mesma vem fundamentar seu Parecer. As 13:30 horas do dia dez de dezembro foram reabertos os trabalhos e foi colocado em discussão e votação o Parecer do Deputado Jaime Mantelli, quanto ao mérito da indicação. O Deputado Júlio Teixeira, votou reafirmando sua posição a favor do sobrestamento da proposição até o julgamento final pelo STF, da ADIN 1566/4, o que foi acompanhado pelo Deputado Ivan Ranzolin, o Deputado Pedro Uczai, se absteve de votar, o Presidente Herneus de Nadal, votou com o Parecer do Deputado Jaime Mantelli. Havendo o empate, o Presidente desta Comissão, invocando dispositivos regimentais exerceu seu voto de qualidade, declarando aprovado por essa Comissão a indicação do Senhor Deputado Ivo Konell, para a vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas determinado que se fizesse a juntada do Projeto de Decreto Legislativo. O Senhor Deputado Ivan Ranzolin comunicou que nada o impedia de que quando a Indicação fosse a Plenário, solicitar destaque para votação do Parecer do Deputado Júlio Teixeira. Prosseguindo, o Senhor Presidente determinou a assessoria que realizasse os procedimentos legais, ou seja: a publicação do Parecer vencedor, acompanhado do respectivo Projeto de Decreto Legislativo e a ata desta reunião. Nada mais havendo, o Senhor Presidente, agradeceu a todos e declarou encerrado os trabalhos desta Comissão. E eu, Florindo Testoni Filho, servidor deste Poder Legislativo, lotado na Assessoria e Consultoria Parlamentar, lavrei a presente ata que aprovada será assinada pelos Deputados Membros dessa Comissão Parlamentar. Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 1998.

Deputado Herneus de Nadal - Presidente
Deputado Jaime Mantelli - Relator
Deputado Ivan Ranzolin - Membro
Deputado Júlio Teixeira - Membro
Deputado Pedro Uczai - Membro

*** X X X ***

VOTO-VISTA

COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA PELA RES. DP 39/98

PROCESSO: MENSAGEM nº MG/03913/98

ORIGEM: GOVERNAMENTAL

REFERÊNCIA: INDICA CONSELHEIRO PARA O TRIBUNAL DE CONTAS.

VOTO-VISTA DO DEPUTADO JAIME MANTELLI:

Entendi de pedir vista destes autos em razão da manifestação preliminar do eminente Relator desta Comissão, deputado Júlio Teixeira, que concluiu, sem adentrar no mérito pessoal do indicado - Deputado Ivo Konell, por recomendar o sobrestamento da tramitação do processo até que seja decidida, pelo egrégio Supremo Tribunal Federal, a ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) nº 1566-

4.

Referida ADIN foi proposta pelo Senhor Chefe do Poder Executivo estadual, questionando, com base no princípio da simetria entre as Constituições Federal e Estadual, a prerrogativa deste Parlamento de indicar, em relação ao modelo da União, uma vaga a mais de Conselheiro da colenda Corte de Contas do Estado.

A ADIN obteve provimento liminar que determinou a suspensão da aplicabilidade do art. 61, § 2º, incisos I e II e § 3º, da Constituição do Estado.

Como se verifica, a discussão, no âmbito da mencionada ADIN, limita-se à disputa de iniciativa, entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo quanto à vaga de um dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.

Ocorre, a meu juízo, que a indicação do Deputado Ivo Konell em substituição ao ex-Senador Nelson Wedekin, modifica substancialmente a questão, pois que, na prática, desaparece a controvérsia sobre a paternidade da vaga, na medida em que este Parlamento adquire o pleno comando do processo de escolha incidente sobre um de seus membros.

Pelo exposto, discordo do entendimento firmado pelo nobre Relator, para votar no sentido de que esta Comissão adentre na análise do mérito da indicação.

E, no mérito, manifesto-me, desde logo, pela aprovação do indicado, porquanto satisfaz, plenamente, os requisitos de idade, idoneidade e conhecimento técnico exigidos pelo § 1º do art. 61 da Constituição do Estado, como se verifica, com clareza, do "curriculum vitae" já juntado aos autos.

É como voto.

Florianópolis, 9 de novembro de 1998

Deputado JAIME MANTELLI

*** X X X ***

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 026/98

"Autoriza o Poder Executivo, em ato representado pelo Procurador Geral do Estado a receber em dação em pagamento, imóvel de propriedade da Perdigão Agroindustrial S/A e transferir ao Município de Videira".

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 48, inciso VII da Constituição do Estado, e art. 112, inciso IV do Regimento Interno e eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente, promulgo o seguinte:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo representado pelo Procurador Geral do Estado, autorizado a:

I - receber em dação em pagamento correspondente a parcela de débitos tributários da empresa Perdigão Agroindustrial S/A, um imóvel com 10.775,00 (dez mil, setecentos e setenta e cinco) metros quadrados, matriculado sob o nº 12.312 no Ofício Registral na Comarca de Videira.

II - transferir o imóvel descrito no inciso I ao Município de Videira mediante deduções mensais e sucessivas do repasse do ICMS, devido pelo Estado ao referido Município.

III - receber em espécie a importância de R\$ 132.854,93 (cento e trinta e dois mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e três centavos) correspondente a diferença entre o valor total da dívida e o imóvel transacionado.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 09 de dezembro de 1998.

Deputado GILMAR KNAESEL

Propositor

*** X X X ***

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 027/98

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta, nos termos do disposto na Constituição da República Federativa do Brasil, eu Deputado Neodi Saretta, presidente, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Aprova a indicação de nome para Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado

Art. 1º É aprovada a indicação do cidadão Ivo Konell para a vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde, em 10 de dezembro de 1998.

Deputado HERNEUS DE NADAL

*** X X X ***